



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ORDEM DE VOTAÇÃO ELABORADA EM 08/06/2022.

O DOCUMENTO CONTÉM AS RELAÇÕES DE PREJUDICIALIDADE, CONSIDERANDO AS ORDENS POSSÍVEIS DE VOTAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 315/22

Ementa: Dispõe sobre a publicidade no Portal de Transparência dos dados relativos ao transporte coletivo por ônibus no município de Belo Horizonte.

Autoria: Ver(a). Macaé Evaristo e ver. Pedro Patrus

ORDEM DE VOTAÇÃO

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
1.	EMENDA SUPRESSIVA Nº 1	Comissão de Legislação e Justiça	Suprime o art. 2º .	—	—	Aprovação ou rejeição do Projeto.
2.	EMENDA SUPRESSIVA Nº 2	Comissão de Legislação e Justiça	Suprime o art. 4º .	—	—	Aprovação ou rejeição do Projeto.
3.	PROJETO			Ficam prejudicadas todas as emendas, exceto as aditivas.	Ficam prejudicadas todas as emendas.	—
4.	EMENDA ADITIVA Nº 3	Comissão de Orçamento e	Acrescenta o seguinte artigo: “Art. Os dados da operação e gestão do transporte e	—	—	Rejeição do Projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
		Finanças Públicas	da bilhetagem que se referem ao art. 3º da Lei nº 11.319/2021 serão publicizados mensalmente e serão acumulados e consolidados ao final de cada exercício.”			
5.	SUBEMENDA SUBSTITUTIVO Nº 1 À EMENDA Nº 4	Comissão de Legislação e Justiça	Substitutivo à Emenda 4, que acrescenta artigo ao PL 315/22.	Fica prejudicada a emenda nº 4.	—	Rejeição do projeto. Aprovação ou rejeição da emenda aditiva nº 4.
6.	EMENDA ADITIVA Nº 4	Comissão de Orçamento e Finanças Públicas	Acrescenta o seguinte artigo: "Art. - Deverá ser publicada mensalmente no Portal da Transparência a comprovação de que os recursos destinados ao consórcio operacional e às concessionárias do serviço de transporte público coletivo convencional de passageiros por ônibus à título de subsídio pela Lei nº 11.367/2022 foram utilizados de forma exclusiva para a manutenção da prestação do serviço de transporte público, restando comprovada a referida utilização pela pessoa jurídica que o recebeu. §1º - Os recursos mencionados no caput deverão ser publicizados de forma que seja verificado que os valores foram inteiramente revertidos para a manutenção do sistema de transporte, devendo estar vinculados a aquisição de itens, bens ou serviços, que integram a base de cálculo da modicidade tarifária."	Fica prejudicada a Subemenda Substitutivo nº 1 à emenda aditiva nº 4.	Fica prejudicada a Subemenda Substitutivo nº 1 à emenda aditiva nº 4.	Rejeição do Projeto. Aprovação da Subemenda Substitutivo nº 1 à emenda aditiva nº 4.
7.	EMENDA ADITIVA Nº 5	Comissão de Orçamento e Finanças Públicas	Acrescenta o seguinte artigo: "Art. - Deverá ser publicado mensalmente, no Portal da Transparência, relatório que demonstre a situação fiscal dos consórcios e empresas	—	—	Rejeição do Projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

	PROPOSIÇÃO	AUTORIA	CONTEÚDO	SE APROVADA	SE REJEITADA	FICA PREJUDICADA PELA
			concessionárias que operam o transporte público convencional de passageiros de Belo Horizonte. §1º - O relatório a que se refere o caput compreende as dívidas, caso existam, em todas as fases de execução pela Fazenda Pública Municipal."			
8.	EMENDA ADITIVA Nº 6	Comissão de Orçamento e Finanças Públicas	Acrescenta o seguinte artigo: "Art. - O descumprimento das cláusulas de transparência impostas por essa lei ensejará a imediata suspensão do repasse dos valores a título de subsídio concedido às empresas concessionárias que operam o transporte público convencional de passageiros de Belo Horizonte."	—	—	Rejeição do Projeto.